



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Aos três dias do mês de janeiro do ano de Dois Mil e Dezoito, nesta Vila do Crato, Edifício dos Paços do Concelho - Salão Nobre - realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a presidência do seu excelentíssimo Presidente, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, encontrando-se presentes os senhores Vereadores, Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto, João Manuel Ferreira Farinha e Marco Fernando Duque de Mendonça. -

Pelas quinze horas e dezassete minutos o senhor Presidente deu início à reunião. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

No período de antes da ordem do dia fica em ata: -----

1 - Presente o Diário da Tesouraria respeitante ao dia 28 de dezembro de 2017, que apresenta os seguintes saldos: -----

- Operações Orçamentais: 412.168,33 € -----
- Operações Não Orçamentais: 213.201,58 € -----

2 - Presente a Relação de Ajustes Diretos respeitante ao período compreendido entre 15 e 28 dezembro de 2017, no montante de €163.740,00. -----

3 - Presente a Relação do Diário da Despesa respeitante ao período compreendido entre 15 e 29 de dezembro de 2017, no montante de €346.295,32. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador Marco Mendonça, cumprimentando todos os presentes, desejando um bom ano, com muita saúde e com votos de bom trabalho em prol do Concelho, para que se consiga trazer mais e melhores condições de vida para as populações. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

O senhor Vereador **Marco Mendonça**, alertou para a situação que tinha presenciado na estrada de Monte da Pedra /Crato, num local de saída de carros pesados. Explicou que os veículos, estavam a trazer muita lama para uma curva, junto à Barragem das Nascentes, o que tornava o local perigoso. Reforçou a necessidade de se taparem alguns buracos nas estradas, bem como dentro de algumas localidades. Lembrou a sinalização vertical e horizontal porque lhe chegavam queixas dos utilizadores.-----

O senhor Vereador **Marco Mendonça**, deu conhecimento do trabalho já desenvolvido na Termas, nomeadamente o emparedamento de algumas janelas e portas, assim como das melhorias realizadas no Pavilhão e, o melhoramento na nova ala da Escola em termos de aquecimento.-----

O senhor Vereador **Marco Mendonça**, informou que, ter alguns requerimentos a apresentar e começou pelo que tinha a ver com comunicações na aldeia do Pisão, solicitando resposta à questão apresentada em Reunião de Câmara de 27 de outubro de 2017. Continuou com o requerimento do comboio de passageiros, linha do Leste, paragem no apeadeiro de Aldeia da Mata, também este colocado no dia 27 de outubro de 2017, desejando saber se já havia alguma resposta. Passou ao Requerimento/Pedido de Informação sobre Vereadores em Regime de Não Permanência. Explicou que neste solicitavam pareceres dos serviços da área jurídica, sobre os direitos e deveres dos Vereadores em Regime de Não Permanência, nomeadamente sobre o dever de participação na Assembleia Municipal, abonos a que tinham direito, senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte. Continuou com a proposta de Regulamento Municipal de Apoio a Extratos Sociais Desfavorecidos, onde os Vereadores **Ângelo Fernandes** e **Marco Mendonça**, solicitavam ao Presidente da Câmara, o início imediato dos mecanismos que levavam à atribuição de auxílios financeiros a estudantes do ensino superior para o ano letivo de 2017/2018, nos termos do regulamento Municipal de Apoio a Extratos Sociais Desfavorecidos, publicado no Diário da República II Serie nº20-27 de Janeiro de 2012, propondo que o assunto fosse discutido na Reunião de Câmara de 10 de Janeiro de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Prosseguiu com o Requerimento/Apresentação de Contas do Evento Municipal Passeio Todo O Terreno Crato Por Quatro, onde os Vereadores Ângelo Fernandes e Marco Mendonça, solicitavam ao Presidente da Câmara, a apresentação de contas sobre o referido assunto, tendo em conta que o evento tinha sido realizado a 02 de dezembro de 2017. -----

Lembrou que este trabalho era fundamental para o futuro deste género de atividades no Concelho do Crato. Continuou sobre o Requerimento que tinha a ver com uma deliberação tomada no mandato de 2009/2013. Esclareceu que a Deliberação era a nº423, Apoio Financeiro Extraordinário a Instituições de Solidariedade Social do Concelho Crato, inserto na Ata n.º23/2011 de 26 de Novembro, onde solicitavam informações aos serviços sobre a execução desta deliberação, se ainda se mantinha em vigor ou se tinha sido revogada e se era devido pela Câmara Municipal do Crato, algum valor decorrente deste apoio financeiro às Instituições de Solidariedade Social do Concelho, nomeadamente Santa Casa da Misericórdia do Crato, Lar e Centro de Dia Nossa Senhora da Luz, Santa Casa da Misericórdia de Gáfete e Associação de Amizade à Infância e 3ª Idade de Aldeia da Mata. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, desejando um bom ano a todos os presentes, neste que tinha considerado o ano zero e onde esperava fazerem melhor e fazerem diferente. Lembrou, ter comunicado ao senhor Presidente da Câmara não ter podido estar presente na Assembleia Municipal, mas pensava que tivesse corrido bem e, que, os documentos tivessem sido aprovados. -----

A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, disse julgar que a sua Declaração de Voto tinha chegado e, que, a mesma iria ser apenas à respetiva Ata.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, confirmando a chegada da Declaração de Voto e a distribuição da mesma. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, dizendo, que, no início do ano, o Caderno de Encargos era considerável, mas,



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

que, já tinham sido dados passos, nomeadamente a Reunião feita com as Associações, que julgava ter corrido muito bem e podia ser considerada um passo importante de proximidade aos diferentes atores sociais do Concelho. -----

Sublinhou que, apesar disto, a sua primeira preocupação eram as prioridades e, neste momento considerava o Protocolo com as Juntas de Freguesia, os Acordos de Execução, uma prioridade. Esclareceu que para além do trabalho que tinham a desenvolver com as Associações, o referido anteriormente era muito importante, quer para melhorar os serviços municipais, quer para se aferir a disponibilidade dos referidos serviços para outras iniciativas e para prestarem melhor serviço público. -----

Explicou que, a elaboração dos Acordos de Execução, seriam trabalhosos e, iriam obrigar a alguma negociação, mas pensava que seriam quase um projeto-piloto para este Município e, daí, a prioridade que lhes concedia. -----

A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, prosseguiu dizendo que outra prioridade era tudo o que se relacionava com o presente Quadro Comunitário e alertou, porque tinha ficado surpreendida, para a situação que se passava com os planos estratégicos do desenvolvimento urbano que tinham sido contratualizados diretamente para os Municípios de nível superior, que eram, centros urbanos estruturantes e centros urbanos regionais. Continuou dizendo que ao nível do Portugal 2020, a execução que tinha sido contratualizada entre os Municípios e a Autoridade de Gestão, neste momento, tinha uma execução inferior a 60%. Explicou que as candidaturas tinham de ser apresentadas até ao dia 31 de dezembro de 2017 e aconteceu que a maior parte dos Municípios não as apresentaram. -----

Afirmou que o mesmo tinha sido dito no próprio despacho pelo Secretário de Estado e que era de lamentar, porque, como era público, os Municípios complementares tinham negociado o PARUS, como era o caso da Câmara do Crato, o PAICD e os Planos de Mobilidade, com verbas balizadas. -----

A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, continuou expondo que, embora tivessem tido mais ações aprovadas, como o Município do



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Crato, tinha existido um plafom. Concluiu, que agora, estas Câmaras estavam a executar, quando as restantes não o faziam, as verbas encontravam-se pendentes e o prazo tinha sido prolongado. Chamou a atenção para esta questão, dizendo que a mesma devia ser colocada, porque tal como o senhor Presidente da República tinha afirmado na sua mensagem de Ano Novo, a grande missão deste Governo devia ser a valorização do interior, e viam-se perante um Quadro Comunitário em que se davam benesses a centros urbanos estruturantes mas que tinham maior volume de verbas e os Municípios que tinham condições para fazer investimento, não o podiam fazer porque já tinham as verbas contratualizadas com um valor muito mais baixo.-----

Explicou que a Autoridade de Gestão tinha afirmado que no caso de esses Municípios não executarem, essas verbas iriam para os Municípios complementares, o que faria todo o sentido, mas, como não executaram, ia-se prolongar o prazo. Lembrou que a execução do Alto Alentejo era muito baixa, tal como a do Alentejo no geral. Sublinhou que a execução em termos de investigação era também ela baixa, pelo que surgia assim, uma janela de oportunidade para os Municípios, juntamente com os Institutos Politécnicos, as Universidades e também com os agentes económicos. -----

A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** concluiu dizendo que neste momento era preciso estar atento, que era uma intervenção essencialmente política, mas garantia novamente a sua total disponibilidade para alertar e dar os dados necessários, para de alguma forma, poderem corrigir este tipo de situações. Terminou esclarecendo que não lhe parecia politicamente correto, que tinha ficado até perplexa por não ter vindo ainda nenhum autarca colocar esta questão. Recordou que no total de quinze Municípios que compunham o nosso Distrito, apenas existia um centro urbano regional, que era Portalegre e três centros estruturantes, que eram Nisa, Ponte de Sôr, Elvas e Campo Maior, estes dois últimos em conjunto. Referiu que estes Municípios se encontravam a executar, mas os restantes não, e isso representava muitos milhões de euros empatados. Explicou que aos complementares tinham sido colocadas balizas e tinham até final de fevereiro que apresentar as candidaturas ao PARUS e ao PAICD, como era o caso do



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Município do Crato em relação a este último, que se não apresentasse a candidatura corria o risco de perder as verbas. Terminou explicando que nos regulamentos da União Europeia havia uma norma de que quem mais executasse, tinha direito a bolsas de mérito.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes**, desejando um bom ano a todos os presentes e desejando que fosse também um ano importante a nível estratégico para o Crato.-----

Agradeceu à senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto, os dados que tinha partilhado visto considera-los importantes para aquilo que a Câmara do Crato tinha no seu Orçamento e nas suas GOP's.-----

Referiu que seria muito provável que houvesse trabalho realizado nas delimitações das PARU's e PAICD porque tinha contribuído a par com o Vereador João Manuel Farinha, para as mesmas, não sabendo, no entanto, do desenvolvimento, das mesmas. -----

Referiu também que, tendo esta Câmara entregue candidaturas no âmbito do PARU e PAICD, estes planos de ação teriam que estar no Município.-----

O senhor Vereador **Ângelo Fernandes** afirmou que a confirmação de tudo isto, estaria ao alcance de um telefonema à empresa que elaborou o trabalho.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** sabia mais do que ele. -----

Tomou a palavra o senhor vereador **Ângelo Fernandes**, dizendo que estava a partilhar a informação que tinha, pois achava a mesma importante para a Câmara. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** estava muito bem informado. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes**, comentando não saber o que o senhor Presidente queria dizer. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Explicou que estava apenas a partilhar informação que tinha, por ter tido oportunidade de poder acompanhar alguns trabalhos executados pela empresa consultora, no âmbito das funções de vereação, no mandato anterior. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** questionando o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** se o mesmo tinha visto os projetos que dizia estarem em execução. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes**, dizendo que tinha visto algum trabalho relativo a estes projetos, iniciado pela empresa consultora. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** respondendo que ele não tinha visto nenhum porque ninguém lhos tinha conseguido mostrar e, possivelmente era a Empresa que andava ao contrário. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes**, afirmando que, uma vez que o senhor Presidente da Câmara tocava no assunto, aproveitava para perguntar onde estavam os projetos de eficiência energética dos edifícios municipais. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** respondendo que estavam em execução. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** para perguntar "onde". -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** respondendo que estavam em execução para entrega até dia 14 de fevereiro. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** para perguntar se quando os tinham colocado no Orçamento, os mesmos, já se encontravam em execução. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para confirmar que já estavam em execução.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer mais uma vez dizendo que não sabia, que não os tinha visto.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer mais uma vez que não os tinha visto, que tinha perguntado pelos mesmos e que lhe responderam estar a aguardar para iniciar. Sublinhou que, se o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** já tinha visto os projetos, então, sabia mais do que ele próprio. Afirmou que o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** estava bem fundamentado e bem informado, mas que era pena o Consultor não informar o Presidente de Câmara.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** perguntando se o senhor Presidente tinha conhecimento, se o trabalho desenvolvido pela empresa consultora, teria sido integralmente pago pelo seu antecessor, é que, esta seria uma possível razão, pela qual o trabalho desenvolvido não se encontrar município. Outra possibilidade seria o atual Presidente, poderia ter, de qualquer forma, em conversa com o consultor, provocado constrangimento no mesmo.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que não assumia compromissos sem ter dinheiro, sem ter procedimentos financeiros e administrativos bem-feitos.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** afirmando que havia um trabalho feito. Disse ainda não ter entendido qual a estratégia do senhor Presidente, porque o mesmo ainda não tinha feito chegar à Câmara os projetos que pretendia executar durante o ano de 2018. Mas disse ter percebido que o senhor Presidente da Câmara tinha esvaziado todas as rubricas dos projetos que estavam inscritos e aprovados nos documentos previsionais para 2018.-----

Concluiu que caso o senhor Presidente da Câmara achasse que não os ia executar, então, era melhor dizer.-----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Afirmou que os dados que a senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto lhes tinha apresentado, eram muito importantes, porque havia trabalho feito e tal como já tinha afirmado, havia projetos cuja elaboração já se encontrava a ser desenvolvida. Reafirmou que isto estava à distância de um telefonema ou então esclarecer que não pretendia desenvolver estes projetos, mas sim outros. Terminou afirmando que necessitavam era de saber quais os que se pretendia desenvolver porque ainda não tinha conseguido entender.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que acolhia os assuntos trazidos pelo senhor Vereador Marco Mendonça e referiu que este tinha a capacidade de também os mencionar quando os mesmos eram executados e resolvidos. Sublinhou que acolhia as indicações dadas pelo senhor Vereador Marco Mendonça e salientou que muitas delas já se encontravam em andamento não valendo a pena estar ali novamente a responder a essas situações. -----

Sobre os Requerimentos disse que iria responder em tempo oportuno e em tempo legal, referindo que sobre alguns deles teria de pedir parecer e esses deveriam demorar mais tempo, mas assim que tivesse uma resposta daria conhecimento. -----

O senhor **Presidente da Câmara** informou que a próxima Reunião seria no dia 17, passando estas a serem quinzenais. Elucidou à senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto que uma das pretensões era concluir o mais rápido possível o trabalho referente ao Protocolo com as Juntas de Freguesia. Explicou que com esta conclusão a gestão da Câmara Municipal ficaria simplificada nas situações com as Juntas de Freguesia com que eram confrontados diariamente. Informou também acolher algumas das informações dadas pela senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto sobre o Quadro Comunitário e o Portugal 2020.-----

O senhor **Presidente da Câmara** comunicou que sobre estes temas, estavam juntamente com a CIMAA a fazer um trabalho sobre o controlo da contratualização que se encontrava efetuada. Sublinhou ter-se identificado a não existência de um controlo bem feito, estando-se neste momento a elaborar um mecanismo que permita a todos os Municípios, diariamente, hora a hora, ter um controlo maior.-----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

O senhor **Presidente da Câmara**, falou que em relação a alguns dos projetos referidos pelo senhor Vereador Ângelo Fernandes, não querendo entrar em quezílias, via-se por vezes obrigado a responder, porque era colocada em causa, a sua vontade de trabalhar com uma determinada empresa e isso não era verdade. Esclareceu que o que estava em causa era haver trabalhos realizados, onde nem sequer a fatura, conseguiam provar ter dado entrada na Câmara.

Explicou que enquanto a referida empresa não conseguisse provar que tinha feito determinados serviços ao Município, não avançava com mais nenhuns. Explicou que primeiro deviam resolver o que estava pendente e afirmou que não tinha nada contra ninguém dessa empresa. Afirmou também que tinham excelentes relações, extremamente educados com a sua pessoa e a única coisa que lhes tinha pedido foi a prova de que tinham feito o referido serviço. Saliu que não o conseguiam provar através da apresentação de fatura, visto estar à espera da mesma há sensivelmente dois meses. Concluiu dizendo esperar que resolvessem a situação rapidamente porque era isso que realmente desejava, considerando haver projetos que considerava mais estruturantes do que outros e mais prioritários do que outros.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que o senhor Vereador Ângelo Fernandes tinha posto em causa a sua boa-fé, quando afirmou que o Presidente da Câmara não queria trabalhar com uma dita empresa. Afirmou querer trabalhar, mas como mandavam as regras.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** dizendo que tinha perguntado se o senhor Presidente queria trabalhar com a referida empresa e não tinha afirmado que o mesmo não queria. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que não colocasse na sua boca palavras que não tinha proferido.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** declarando que o Município do Crato iria trabalhar com todas as empresas que trouxessem benefício ao mesmo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** comentando que esta explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara, responde parcialmente à questão colocada anteriormente. -----

Pretendiam saber se não queria trabalhar com a dita empresa e porquê e com a qual o desejava fazer e porquê. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** afirmando que agora era o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** que estava a colocar na sua boca palavras que não tinha dito. Reafirmou que trabalhava com todas as empresas, mas que existiam regras para cumprir segundo a contratação pública, que havia regras do ponto de vista financeiro e as mesmas não iriam ser facilitadas pelo Presidente da Câmara, apenas porque era uma determinada empresa. Explicou que queria procedimentos claros/transparência, queria que isso se revelasse positivo do ponto de vista estratégico para o Concelho, positivo, independentemente da empresa com que se trabalhasse. -----

O senhor **Presidente da Câmara** reafirmou nada ter contra determinada empresa, afirmou não ter nenhuma empresa bloqueada no Concelho do Crato, nem fora do Concelho. Frisou que tudo o que lhe tinha aparecido, tinha tentado resolver com a máxima prudência e com a maior abrangência possível, mas mesmo assim haviam coisas que não conseguia resolver. Explicou estar à espera que aparecessem para ser resolvidas, mas não queria perder mais tempo com este assunto. Disse ao senhor vereador **Ângelo Fernandes** que se este não sabia quais eram os projetos que queriam executar, os mesmos encontravam-se nas GOP's. Elucidou que existiam projetos que não tinham tido cabimento, mas que podiam vir a ser cabimentados mediante a necessidade, visto terem em abril a revisão orçamental e a incrementação de saldos do exercício de 2017. -----

Sublinhou que sempre que existisse uma oportunidade, as revisões e as alterações ao Orçamento serviam para isso mesmo, para colocar verba naquilo que fosse aparecendo com maior prioridade. Concluiu que a questão dos fundos comunitários era muito dinâmica, mas também muito imprevista. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** afirmando que nunca tinha ouvido o senhor Presidente da Câmara falar em estratégia e continuava sem falar em estratégia. Concluiu que isso era chover no molhado.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** afirmando que existia estratégia, mas que não era a do senhor Vereador **Ângelo Fernandes**. ---

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** tentando corrigir que não deveria ser unicamente a estratégia do senhor Presidente a valer, mas sim a da Câmara porque ali eram cinco e de qualquer modo nunca tinha ouvido a estratégia do mesmo e continuava sem ouvir, concluindo que não existia.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** dizendo que em relação ao registo de ordens de pagamento, a questão levantada pela senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** também lhe tinha suscitado algumas dúvidas e, por esse motivo, foi pesquisar a referida empresa tendo averiguado que a data de constituição tinha sido 24/11/2017, com o valor de mais de 50 mil euros, aparecendo uma outra que achava também ter a ver com espetáculos e atividades culturais. O senhor Vereador **Marco Mendonça** constatou que dentro daquelas três empresas, em execução de eventos, gastaram quase 60 mil euros.-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** dizendo lamentar ter colocado aquela questão que de alguma forma gerou alguma polémica, mas disse considerar as polémicas boas e ainda bem que estavam em democracia. Afirmou que não ia estar com teorias sobre o planeamento estratégico, que era uma das suas áreas de trabalho, nem se ia pronunciar sobre a empresa em causa, que sabia qual era e conhecia a mesma, porque para além de trabalhar na área, tinha ela própria uma empresa que prestava os mesmos serviços. -----
A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, lembrou a sua total disponibilidade para contribuir para o desenvolvimento deste



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Concelho, tal como já o tinha afirmado noutras reuniões de Câmara, assim como, em reuniões de trabalho com o senhor Presidente. Sublinhou estar ali para fazer pontes e para tentar ser o mais objetiva possível. Explicou que este ano iria completar 60 anos e já andava por estes meios há muito tempo, não tendo grande paciência para algumas coisas como era o caso das estratégias.-----

Explicou que existiam dois tipos de estratégia e dois tipos de planeamento. Existia um planeamento tipicamente neoliberal, muito baseado naquilo que eram as parcerias publico privadas e existia um outro, feito de forma diferente, que era chamado o planeamento colaborativo. Afirmou que este planeamento era diferente e era aquele que defendia. Esclareceu que por defender este tipo de planeamento, defendia também as reuniões com as associações, com os empresários e defendia a descentralização de competências nas Juntas, fazendo com que o executivo camarário fosse o promotor. -----

A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, afirmou defender aquilo que considerava ser um modelo de governação que se baseava na capacidade que as pessoas tinham de intervir nos processos. Esclareceu que a Câmara do Crato não tinha um plano estratégico, mas sim um plano de ação muito vocacionado para o turismo. Clarificou que um plano estratégico colaborativo não era feito apenas pelos executivos, mas sim pelo conjunto de todos os cidadãos públicos, privados, autarcas, todos. -----

Sublinhou que o executivo podia ter uma ação espetacular, mas se não tivesse a população e os cidadãos motivados, não servia de nada, dizendo que a experiencia também lhe tinha ensinado esta realidade, que já vinha da Agenda Local 21, que já tinha passado por muitas situações semelhantes e que não servia de nada se as populações não tivessem motivadas. -----

A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, explicou que tinham de começar com pequenos projetos, dar o exemplo, irem fazendo as coisas e fazer as pessoas acreditar que é possível realizar política de uma forma diferente. Sublinhou que era desta forma pró-ativa que se devia fazer o planeamento, com as populações e para as populações, começando-se ao nível das Freguesias. Afirmou concordar com muitas



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

das ações que até considerava importantes, mas era necessário avaliar as prioridades e tal como já tinha afirmado anteriormente eram necessários os Protocolos com as Juntas porque estas em Assembleia de Freguesia podiam identificar quais eram as obras que pensavam ser necessárias.-----

Frisou que já num outro nível, havia os trabalhos realizados com os agentes económicos, mas lembrou, já se ter ali ouvido, que determinado tipo de ações de um definido plano estratégico, para serem implementadas, eram ações em que o Município se tinha de chegar à frente, dizendo, que achava não ser necessariamente assim porque o Município tinha de ser um promotor, não podendo este ficar refém, o que era fácil de acontecer, com algumas situações que podiam comprometer os fundos municipais. -----

Garantiu estar a falar com experiência própria, que muitas vezes se aprendia com os erros, dando o exemplo do projeto termal. Disse saber muito bem o que era uma empresa municipal e saber muito bem o que era andar a pagar por causa da falta de capacidade dos privados. -----

A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, afirmou que a experiência que tinha se a pudesse colocar ali de outra forma e alertar para um determinado número de situações, iria alertar porque não servia de nada andarem a injetar verbas e capital quando não se tinha a população motivada. Explicou que isso partia muita da formação dos nossos recursos humanos, pela capacitação das pessoas, que era algo que defendia e com isto não estava a dizer que as pessoas eram analfabetas, dizia sim que precisavam dessa capacitação e formação e era por aí que tinham de começar. Concluiu dizendo haver inúmeros exemplos no Alto Alentejo em particular e no Alentejo, no geral, de projetos e de estratégias que falharam redondamente porque os Municípios se chegaram à frente, substituindo os privados e o resultado não foi o melhor.-----

Terminou reforçando a ideia de que o Município seria o promotor, que tinha de prestar um serviço público e tratar os cidadãos todos de igual forma, não devendo os privados estarem em primeiro lugar, mas sim, sendo atores que estavam no território. Sublinhou que eram importantes para o desenvolvimento, mas as populações tinham outras



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

ansiedades e outros desejos. Encerrou dizendo que tinham de fazer as coisas com muito bom senso, definir muito bem as prioridades e como estavam num executivo onde não existiam maiorias, isso era excelente.- A senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** afirmou que aquilo que queriam executar seriam eles a dizer e como as GOP's eram suficientemente alargadas podiam conciliar ali o que eram as ações prioritárias. Disse que estava escrito na sua declaração de voto, que era a declaração de voto da CDU, que o Presidente da Câmara tinha juntado os contributos (em termos de GOP's) das diferentes forças políticas e era isso que iriam ter de negociar, tendo todos essa responsabilidade. Sublinhou que não seriam as propostas dos Vereadores do PSD, nem as propostas da Vereadora da CDU, nem as do senhor Presidente, mas sim as propostas da Câmara. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** perguntando quais as que se queriam desenvolver em 2018. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** afirmando que primeiro seria colocarem os serviços municipais a funcionar em condições, impor regras e regulamentos, negociar os mesmos e dotar o Concelho de infraestruturas essenciais. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo haver prioridades para o Município do Crato e que as tinha enunciado na Assembleia Municipal, dando o exemplo da reorganização dos serviços municipais. Garantiu ir aplicar o Quadro e Mapa de Pessoal que tinham aprovado, avançar de imediato com a construção das novas oficinas e parque de máquinas do Município do Crato, avançar rapidamente com a candidatura da requalificação dos Paços do Concelho, assim como do Edifício Sá Nogueira e Pavilhão Municipal para a eficiência energética. Informou que até dia 14 de fevereiro queria que esses projetos entrassem para candidatura desejando que fossem aceites e enquadrados. -----

O senhor **Presidente da Câmara** falou na reestruturação de todos os serviços, na desmaterialização de processos dentro do Município, que



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

era uma coisa que vinha sendo adiada há anos e anos e que iria facilitar e dar mais tempo para se fazerem mais coisas. Referiu também que outra prioridade era colocar pequenas obras do Município em administração direta em detrimento de alguns eventos, tendo colocado propositadamente alguns desses projetos com pouca verba, para que a rubrica estivesse aberta. Explicou que esta situação iria permitir de alguma forma, com uma alteração, avançar-se rapidamente com esses projetos. Sublinhou que tiveram a mesma atitude com alguns eventos, que aparecem com verbas irrisórias porque primeiro estaria essa obra e só depois os eventos. O senhor **Presidente da Câmara** proferiu que esta situação seria prioritária para os eventos do Município, mas depois, eventos das Freguesias e das Associações, não proibindo ninguém de os fazer, teriam de ter uma postura diferente da que tinham tido até agora. Lembrou que isto tinha sido dito na reunião com as Associações, tinha sido dito aos senhores Presidentes de Junta e a Câmara teria de dar o exemplo no Município. -----

O senhor **Presidente da Câmara**, disse que iam tentar enquadrar com o máximo rigor e estavam a trabalhar conjuntamente com a CIMAA. Disse ser um dos mais empenhados porque queria abraçar essa questão com um enfoque especial, em termos de planeamento, encontrando-se extremamente envolvido para tentar compreender alguns dos processos, o que por vezes não era fácil. Explicou que estes processos envolviam várias entidades e que por vezes tinham de recorrer a empresas de consultadoria para obterem ajuda, conseguindo-se assim andar para a frente e entregar tudo a tempo.-----

Sublinhou que estes três projetos prioritários de requalificação energética de edifícios estavam a ser trabalhados, que dois deles tinham sido entregues no dia 29 de dezembro, nomeadamente o do Caminho dos Alcatruzes e a ligação Eixo Pedonal Crato/Flor da Rosa, que estando incipientes em termos de conteúdo requereram trabalho a 200%. O terceiro projeto que não tinham conseguido entregar era o de Postos de Abastecimento de Viaturas Elétricas por o mesmo não se encontrar devidamente fundamentado e o arquiteto que estava a trabalhar nele não o ter conseguido entregar a tempo. Neste momento



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

já tinha sofrido as alterações necessárias, incluindo pareceres das Infraestruturas de Portugal e pareceres da EDP. -----

O senhor **Presidente da Câmara** disse ter indicação da CCDR que o prazo ia ser prorrogado, mas ainda sem confirmação oficial. Salientou que estavam a dar viabilidade aos que já tinham sido aprovados, dando o exemplo dos da Escola sobre o Abandono Escolar, já tendo sido assinado o termo de aceitação. Lembrou, que até ao dia 14 de fevereiro iriam andar numa luta contra o tempo para terem a auditoria energética aos edifícios pronta, para terem os pareceres necessários a tempo, para terem toda a documentação necessária, visto terem iniciado este trabalho há sensivelmente um mês. -----

Disse que esperavam conseguir estes três projetos. Informou que havia outros, pelos quais tinha um sentimento especial, relacionados com Juntas de Freguesia mas dos quais estava quase a desistir, porque pelas informações obtidas, as Juntas não se podiam candidatar diretamente, tendo de ser o Município a fazê-lo. Esclareceu que um dos pressupostos principais para a eficiência energética eram as faturas de consumo de eletricidade e como estas estavam em nome das Junta de Freguesia, o Município não conseguia fundamentar a eficiência energética dos mesmos. Informou terem perguntado à CCDRA se podiam considerar uma Freguesia, associada do Município porque a ficha da candidatura dizia "Municípios e seus Associados". Comunicou que a União das Freguesias e a Junta de Monte da Pedra já tinham realizado o trabalho da auditoria energética dos edifícios.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para lembrar que as faturas vinham em nome das Juntas e a CCDR tinha informado que dessa forma o projeto não iria ser validado. Recordou novamente que por esse motivo tinham colocado a questão se as Freguesias podiam ser consideradas Associadas dos Municípios (tal como dizia na ficha de inscrição) "Municípios e seus Associados".-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** informando que as Juntas de Freguesia não eram associados e sim Órgãos Autónomos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que associados eram as empresas municipais e outras do género. Salientou que gostaria de candidatar alguns projetos com as Juntas de Freguesia porque existiam edifícios que com uma pequena intervenção, ao nível da caixilharia e dos pisos ganhariam vida para os próximos 20 ou 30 anos. Disse que se as intervenções fossem incluídas de uma forma inteligente ficariam com acessos para pessoas com mobilidade condicionada e estes edifícios iriam garantir às Freguesias condições diferentes para receberem pessoas e para receberem serviços descentralizados. Disse ter esperança que se renegociasse o quadro para se poder fazer alguma coisa. -----

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que não colocava nada de parte, não pondo de parte nenhum dos projetos que estavam nas GOP'S, apesar de haver ideias que faziam mais sentido para ele do que outras. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** felicitando o senhor Presidente da Câmara, mostrando a sua satisfação por ter um princípio e afirmando que os apoiava em tudo aquilo que fosse necessário, pois era imprescindível colocar a Câmara a funcionar, referindo que, todos sabiam porque esta não funcionava nas melhores condições há tantos anos. Disse que, por vezes, era necessário tomar medidas, para que as coisas funcionassem independentemente do Presidente de Câmara ser branco, preto, azul ou amarelo. -----

Lembrou que esta sua disponibilidade não o impedia de desejar que se desenvolvessem outras ações, nomeadamente as que se encontravam previstas. -----

O senhor Vereador **Ângelo Fernandes** comentou que, caso fosse necessário aumentar-se o Orçamento ou alarga-lo, tal como dizia a senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto, para não se perderem oportunidades, não via razão para não se endividarem de uma forma sustentável e consistente. Elucidou que achava muito estúpido na Administração Local, Presidentes Cessantes de Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesia, dizerem terem deixado não sei quantos mil



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

euros na conta. Explicou que este projeto tinha a ver com a investigação do material, colocar o material no mercado e vendê-lo. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente de Câmara** explicando ter algumas preocupações e achar não fazer sentido avançar para um plano desse género antes de se ter resolvido alguns assuntos com os proprietários dos terrenos onde existem os barreiros. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** contestando que era possível e perguntando se em fase de anteprojecto não seria possível falar com os proprietários dos terrenos e perceber se podiam ou não utilizar os barreiros. -----

Reafirmou que seria possível do mesmo modo avançar para a recuperação das casas devolutas do Crato para se transformarem num hotel disseminado. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente de Câmara** dizendo que não era um processo fácil e, afirmando que, com o tempo iria adensar esse assunto não querendo no momento entrar nessa situação. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** refutando que era possível e comprovado por outros municípios que já o tinham feito. O senhor Vereador **Ângelo Fernandes** disse que havia coisas que podiam desenvolver e não estavam deslocadas daquilo que se pretendia fazer durante o ano de 2018. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente de Câmara** declarando que a Câmara do Crato tinha uma taxa de execução superior à de Portalegre. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente de Câmara** afirmando que o Município do Crato ainda não tinha equipas formadas e iriam ter de percorrer esse caminho. Esclareceu que, uma das prioridades que tinha apresentado na Assembleia Municipal era precisamente a formação dessas equipas e que eventualmente iriam ter de fazer esse percurso em dois *timings*. Primeiro abrindo concursos para admissão de pessoas e ao



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

mesmo tempo submeter avenças ou prestações de serviço enquanto os concursos não estivessem concluídos. Explicou que possivelmente iriam ter de limitar as prestações de serviço ao essencial, mas durante seis ou sete meses provavelmente teriam de fazer isto.-----

Explicou que esta situação era para afiançar o aproveitamento das oportunidades que vão aparecendo, garantindo as respostas no que são as competências da Câmara Municipal, que por falta de pessoal podem ser postas em causa, coisa que não queria que acontecesse. Outra posição que podiam vir a equacionar era ao identificarem uma situação que achassem que não devia ser colmatada através de uma contratação de recursos humanos, fazer um contrato com uma empresa que garantisse o trabalho pretendido. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** elucidando que achava que, não deveria ser tão massivo, mas, à medida que as intenções que se encontravam plasmadas nas GOP'S se fossem desenvolvendo, aí sim iria surgir a necessidade.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente de Câmara** assegurando que até março iria ser complicado.-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** dizendo haver uma coisa de que todos se esqueciam e que era o facto de os Municípios terem um Plano Diretor Municipal. Esclareceu que os PDM de nova geração definiam a estratégia municipal e que só podíamos ter um PDM quando tivéssemos um plano de estratégia municipal. Explicou que para isso teríamos de ter o planeamento e o ordenamento do território de acordo com as funcionalidades que viéssemos a dar ao solo em termos de uso e transformação, tendo todos os instrumentos de gestão para os aplicar.-----

Sublinhou que, se teria de ter uma estratégia definida no PDM porque se assim não fosse ao se querer decidir sobre um determinado tipo de ações não as poderíamos implementar dando o exemplo dos barreiros estarem numa área protegida.-----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** dizendo que a senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto tinha uma tendência fatalista. -

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** afirmando não ser fatalista, mas sim realista. Continuou dando o exemplo do projeto das Termas de Nisa. Explicou que quando este projeto já se encontrava concluído, licenciado e o lançamento de concurso internacional preparado, apareceu a Rede Natura e o local ficou na referida Rede. Sucedeu que surgiu um instrumento exterior e que se sobrepôs ao PDM, que tiveram de fazer um estudo de impacto ambiental e quase perderam todo o dinheiro.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** afirmando que havia solução para a situação em causa e que não podiam ser fatalistas. Perguntou à senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto se esta preferia que os barros de Flor da Rosa continuassem a ser o que eram hoje.-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** proferindo que não porque os mesmos eram muito importantes, mas primeiro tinham de resolver a situação dos barreiros e neste momento havia programas para estes fins. Lembrou que nas GOP'S tinham o Centro de Investigação e Promoção de Produtos Endógenos e que os barros eram um produto endógeno, não podendo viver isolados. Reafirmou que estava a tentar ser realista e que por vezes não valia a pena colocar as ações quando não tinham os instrumentos de gestão adequados. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** assegurando que não era preciso ter sido Presidente de Câmara, nem passar pelos erros referidos para saber que antes de fazer o que quer que fosse, primeiro tentamos perceber se podemos ou não fazer. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** dizendo que por vezes existiam instrumentos que permitiam que isso acontecesse e quando as unidades de execução não estavam feitas, não valia a pena avançar correndo o risco de se perder todo o dinheiro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

ORDEM DO DIA: -----

1 - Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense - Cedência do Estádio Municipal do Crato Para Evento Desportivo. -----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. O Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense solicitou, através do ofício anexo e parte integrante da proposta, apoio logístico traduzido na cedência das instalações do Estádio Municipal do Crato, no âmbito da realização de um jogo de veteranos a ter lugar no dia 6 de janeiro 2018; -----
2. Informação do Técnico Superior de Desporto, datada de 28 de dezembro de 2017, informando da disponibilidade do Estádio Municipal do Crato, para o dia pretendido pelo Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense. -----
3. A Câmara é competente, nos termos da al. u), art.º 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para decidir o apoio pedido. -----

Assim, proponho: -----

Aprovar o apoio ao Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense traduzido na cedência das instalações do Estádio Municipal do Crato, no âmbito da realização de um jogo de veteranos a ter lugar no dia 6 de janeiro de 2018. -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade. -----

2 - Lar Nossa Senhora da Luz - Pedido de Isenção de Taxas Urbanísticas. -----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Considerandos: -----

1. O Lar Nossa Senhora da Luz com sede em Vale do Peso solicitou, através do ofício anexo e parte integrante da presente proposta, a isenção do pagamento de taxas urbanísticas referente ao Projeto de Requalificação/Ampliação do Centro de Dia para a Terceira Idade e Infância Nossa Senhora da Luz, em Vale do Peso;-----

2. Informação da secção de Taxas e Licenças datada de 28 de dezembro 2017, informando que as instituições sem fins lucrativos podem ser isentas do pagamento das taxas constantes do Capitulo IV, alínea c), ponto 2, artigo 9.º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais; -----

3. A Câmara é competente, nos termos do nº 1, artigo 12º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais para decidir o apoio solicitado. -----

Assim, proponho: -----

Aprovar a isenção do pagamento de taxas urbanísticas referente ao Projeto de Requalificação/Ampliação do Centro de Dia para a Terceira Idade e Infância Nossa Senhora da Luz, em Vale do Peso, nos termos do nº 1, artigo 12º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** perguntando se esta candidatura estava a correr bem.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que estas candidaturas estavam a dar os primeiros passos e que no nosso Concelho estavam envolvidas várias entidades. Afirmou que neste caso era apenas ampliação do lar e tinha por fundamento dar as condições fundamentais ao edifício já existente com dois ou três alargamentos, nomeadamente de secretaria e refeitório. Clarificou que esta obra tinha o intuito de dar a possibilidade de terem casa de banho privativa aos quartos que não as tinham, quartos de quatro camas passarem a ser de duas, de modo a cumprirem o que era regulamentado pela Segurança Social. Afirmou que o intuito da obra não era propriamente aumentar a



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

capacidade do lar, mas sim dota-lo com outras funcionalidades. Concluiu que o pedido feito à Câmara era somente da isenção de taxas.

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, esclarecendo que a Associação Nacional de Municípios já tinha enviado para as Câmaras o pedido para se pronunciarem sobre a proposta de aviso de abertura de candidaturas. Sublinhou que o que estava para sair, os que estavam em ITI e que tinham contratualizado ao nível de cada um de três, iria sair também para as IPSS. Informou que estava a dar apoio em termos de candidatura a esta Instituição enquanto Vereadora e como tal não iria cobrar absolutamente nada. Concluiu dizendo que qualquer colaboração que desse neste concelho, sendo Vereadora, seria sempre sem cobrar o que quer que fosse. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** perguntando se era na CIMAA que se encontrava a candidatura. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que estava só mapeada. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** dizendo que esta nem estava mapeada. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** comentando que tinha dúvidas com algumas. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** afirmando que nem necessitava estar mapeada porque todos os Lares tinham de cumprir com o decreto regulamentar das IPSS, neste tipo de situação tinham de obedecer a um determinado número de regras como a dimensão dos quartos e os acessos às casas de banho e eles tinham situações que não cumpriam. Sublinhou que como a Instituição não ia aumentar o número de utentes, era uma reabilitação e não necessitava de parecer da Segurança Social, a não ser do parecer técnico, relativamente ao projeto, podendo de resto ser candidatada. Explicou



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

que novas valências que pressuponham novos acordos de cooperação, essas, tinham de ter o parecer prévio da Segurança Social. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** perguntando através de que via era feita esta candidatura. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** esclarecendo que era feita diretamente ao Portugal 2020, neste caso ao Alentejo 2020 e iria fora da contratualização do Município. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** interrogando se na do Município estava a da Santa Casa da Misericórdia do Crato. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** respondendo que essa estava mapeada, mas era uma valência nova. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** dizendo que por ser dessa forma, estranhava o mesmo estar na CIMAA. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** clarificando que este não estava na CIMAA e que nunca tinha estado. --

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que tinham ido a duas ou três reuniões e que este não estava mapeado. Acrescentou dizendo ter dúvidas com dois ou três. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** afirmando que ao falar com o Presidente da Associação, este tinha-lhe dito que o mesmo estava na CIMAA. -----

Tomou a palavra a senhora vereadora **Gabriela Tsukamoto** explicando que o senhor Presidente da Associação tinha algumas dúvidas em relação ao assunto e que ela própria lhe tinha explicado a situação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo julgar que o único que se encontrava mapeado era o da Santa Casa da Misericórdia do Crato. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** dizendo que só não compreendia qual era o motivo para a candidatura estar na CIMA. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto** explicando que quem contratualizava não era a CIMAA, mas sim os Municípios. Afirmou haver uma verba para ser distribuída e que já o tinha sido. Esclareceu que esta era uma candidatura fácilima de fazer, que era só abrir o aviso de candidatura visto já terem o projeto de arquitetura pronto. -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta unanimidade. -----

3 - Fundo Maneio para o Ano de 2018. -----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. O valor do Fundo de Maneio (Permanente), fixado em 2017, através da deliberação n.º 4, inserta na ata 1/2017, de 11 de janeiro, foi de 2.000 euros, para acorrer a despesas correntes de carácter urgente dos Serviços Administrativos e Armazém, de entre outros, competindo a sua gestão à chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Maria José Esteves Gomes da Costa; -----

2. Nos termos da informação da chefe da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 28 de dezembro de 2017, anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante, a importância de 2.000 euros revelou-se suficiente para os efeitos que visa prosseguir; -----

3. O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, prevê a constituição de fundos de maneio, correspondendo a cada uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Assim, proponho: -----

Aprovar que o Fundo de Maneio a gerir pela chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Maria José Esteves Gomes da Costa, para despesas correntes de carácter urgente dos Serviços Administrativos e Armazém, de entre outros, seja fixado em 2.000 euros, afetos às seguintes dotações orçamentais: -----

-02.02.01.21- Outros Bens - 150 euros; -----

-02.02.02.25- Outros Serviços - 350 euros; -----

-02.02.01.08- Material de Escritório - 100 euros; -----

-02.02.02.09-Comunicações - 100 euros; -----

-02.02.02.10-Transportes - 250 euros; -----

-02.02.01.02 - Combustíveis e Lubrificantes; -----

-02.02.01.02.02-Gasóleo - 150 euros; -----

-02.02.01.05-Alimentação, Refeições Confeccionadas - 900 euros. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, dizendo achar que a verba era pouca.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que tinha sido suficiente e face às respostas que recebeu dos serviços sobre este assunto, resolveu manter o valor.

A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por unanimidade.-----

4 - União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso - Pedido de Apoio para XXII Prova de Vinhos de Vale do Peso e VIII Festival do Arroz Doce-----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. A União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso solicitou, através do ofício anexo e parte integrante da presente proposta, apoio logístico traduzido na cedência de palco, toldo para



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

palco, iluminação, som, 80 cadeiras, 20 mesas, 6 aquecedores a gás – cogumelo, 2 casas de banho portáteis e impressão de 50 cartazes em A3 e 1000 flyers A5, 300 canecas de barro pequenas, 50 jarros de barro grandes, 180 pratos de barro pequenos, no âmbito da realização da XXII Prova dos Vinhos de Vale do Peso e o VIII Festival do Arroz Doce, a ter lugar no dia 31 de janeiro de 2018;-----

2. Informação do Encarregado Geral datada de 20 de dezembro de 2017, informando da lista de meios envolvidos e da disponibilidade municipal para satisfazer o pedido logístico solicitado;-----

3. Informação da Técnica de Turismo datada de 28 de dezembro 2017, informando da indisponibilidade de cedência das canecas, jarros e pratos solicitados, em razão da Escola de Olaria de momento não ter qualquer ação de formação a decorrer; -----

4. Informação da Secção de Taxas e Licenças datada de 28 de dezembro 2017, informando do custo do serviço a prestar à União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso que orça em 543,10 euros; -----

5. Pela deliberação n.º 316, inserta na Ata 26/2017, de 8 de novembro, a Câmara Municipal aprovou solicitar à Assembleia Municipal do Crato, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a emissão de autorização prévia genérica favorável relativa aos apoios quer logísticos, quer financeiros, a conceder às freguesias pela Câmara Municipal, atendendo a motivos de economia, simplificação e celeridade processuais; -----

6. A Assembleia Municipal do Crato na sua sessão extraordinária, realizada no dia 18 de novembro de 2017, aprovou emitir autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para conceder apoios quer logísticos, quer financeiros às freguesias do concelho do Crato.-----

Assim, proponho: -----

Aprovar o apoio, na medida do possível, à União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, com a cedência de palco, toldo para palco, iluminação, 80 cadeiras, 20 mesas, 6 aquecedores a gás – cogumelo, 2 casas de banho portáteis e impressão de 50 cartazes em A3 e 1000 flyers A5, no âmbito da realização da XXII Prova dos Vinhos



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

de Vale do Peso e o VIII Festival do Arroz Doce, a ter lugar no dia 31 de janeiro de 2018, podendo haver alteração de data.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que havia umas pequenas alterações e que a deliberação estava dentro do que era possível, não estando contemplada a animação musical, as canecas, jarros e pratos de barro. Afirmou que a sua proposta era apenas o que tinha sido lido, incluindo a montagem do palco, a iluminação, o toldo, aquecedores e casas de banho portáteis. Garantiu que o apoio seria basicamente a logística e assegurou que iriam manter esta bitola pretendendo colocar esta proposta como medida para o ano de 2018 para as restantes provas de vinhos. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** perguntando se o evento seria realmente no dia 31 de janeiro de 2018, quarta-feira.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo fazer fé, que sim.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** chamando a atenção para as datas do documento porque havia várias e diferentes. Continuou perguntando se a União de Freguesias tinha apresentado alguma solicitação onde não pedia a oferta dos barros. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** expondo que não.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** indagando se esta era uma proposta do senhor Presidente da Câmara em não ceder os barros. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** retorquindo que não tinha capacidade para os mandar fazer internamente.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** inquirindo novamente se a União de Freguesias mantinha o pedido. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** replicando não ter entrado mais nenhum pedido da União de Freguesias e que aquela era uma proposta sua, visto não ter forma de fazer face a este pedido com os meios do Município. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** dizendo que era do conhecimento do senhor Presidente da Câmara que nos últimos anos tinha sido dado este apoio às Juntas de Freguesia e às Coletividades. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer ao senhor Vereador Marco Mendonça que antes tinha sido Presidente de Junta, se por acaso recebeu este apoio, ele, enquanto Presidente da União de Freguesias nunca o tinha recebido. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** reafirmando que este apoio costumava ser considerado. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** repetindo que enquanto Presidente de Junta nos últimos dois anos não tinha recebido qualquer tipo de apoio para este evento. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** sublinhando achar que enquanto as Juntas não tivessem os protocolos de execução e os apoios deveriam continuar. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** elucidando que tinham de começar a dar sinais e apesar de saber que por vezes era complicado tinham de o fazer. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** destacando não achar complicado, mas achando que era uma forma de investir no próprio Município porque existiam oleiros no Crato. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** clarificando que as Juntas de Freguesia tinham orçamentos próprios, podendo as mesmas investir e não sendo sempre a Câmara Municipal a substituir o investimento das Juntas.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** ripostando que as Juntas também não deviam assumir algumas das responsabilidades das Câmaras. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que a maior parte das vezes pendia para o outro lado, mas os orçamentos assim como as responsabilidades também eram maiores. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** afirmando que para algum tipo de eventos existia uma margem de intervenção grande a nível financeiro e para este tipo de eventos que até se podia considerar mais bairrista e que levava mais pessoas do próprio Município, estavam a querer dar um exemplo.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** explicando que o exemplo era que as pessoas tinham orçamentos próprios, que os deviam gerir para que não acontecesse aquilo que o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** tinha referido, que era: "cheguei ao fim da execução com quarenta mil euros, sou um campeão".-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Marco Mendonça** assegurando não estar contra a proposta, mas levantava-se a questão porque a mesma iria voltar à Câmara.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo concordar com as palavras do senhor Vereador **Marco Mendonça**, mas assegurou que a proposta iria ser idêntica.-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, perguntando se este festival era organizado pela Câmara ao qual



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

respondeu que não, mas sim pela Junta. Esclareceu que a Câmara dava todo o apoio, o apoio possível, mas aquilo que eram competências próprias da Junta de Freguesia deviam ser cumpridas. Perguntou por que razão em vez de a Câmara oferecer os jarros, canecas e pratos, as Juntas não os vendiam às pessoas. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para informar que era isso que as Juntas faziam. -----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, dizendo achar que as Juntas tinham de fazer alguma coisa apesar de também não concordar que a Câmara gastasse muito dinheiro em eventos. -----

Interrompeu o senhor Vereador **Marco Mendonça** para perguntar o que achava de a Câmara gastar cinquenta mil euros na Passagem do Ano.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para declarar que este era um evento do Município.-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, perguntando se tinha votado a favor e como tal também tinha a sua opinião relativamente a este assunto. -----

Tomou a palavra o senhor vereador **Marco Mendonça** para questionar se a senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto sabia quanto podia valer este tipo de evento.-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora **Gabriela Tsukamoto**, respondendo que de qualquer forma a Junta tinha de fazer alguma coisa porque deste modo era fácil ser-se Presidente de Junta e ter-se um executivo a funcionar.-----

Interrompeu o senhor vereador **Marco Mendonça** sublinhando que eram muitos anos de contrariedades. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra a senhora vereadora **Gabriela Tsukamoto**, esclarecendo que valia mais ter um bom protocolo, um bom acordo de execução, um contrato inter-administrativo em condições porque dessa forma muitos destes pedidos deixavam de aparecer ali e seria apenas o apoio logístico. -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por unanimidade.-----

5 - Associação Linhas e Tesouras de Monte da Pedra - Pedido de Apoio Para Réveillon 2017/2018 - Ratificação

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. A Associação Linhas e Tesouras de Monte da Pedra solicitou, através do ofício anexo e parte integrante da presente proposta, apoio logístico para cedência de 1 palco, 2 aquecedores de rua, cubas de alimentos, contentores de lixo e isenção de taxas e licenças, bem como apoio financeiro no valor de 500 euros no âmbito da realização de Réveillon 2017/2018, a ter lugar no próximo dia 31 de dezembro;-----

2. Informação do Encarregado Geral datada de 20 de dezembro de 2017, informando da disponibilidade municipal para satisfazer o pedido solicitado, com exceção da cedência dos aquecedores e cubas para alimentos; -----

3. Informação da Secção de Taxas e Licenças datada de 28 de dezembro 2017, informando do custo do serviço a prestar à A Associação Linhas e Tesouras de Monte da Pedra, que orça em 261,34 euros; -----

4. Informação da secção de Taxas e Licenças datada de 20 de dezembro 2017, informando do custo da isenção de taxas de ruído, que orça em 19,50 euros; -----

5. Em face do pedido da Associação Linhas e Tesouras de Monte da Pedra não poder ter sido deliberado em tempo útil pela Câmara Municipal, o Presidente, nos termos do nº 3, artigo 35º, da Lei 75/2013,



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

de 12 de setembro, pode praticar qualquer ato da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião a realizar.-

Assim, proponho: -----

Ratificar nos termos do nº 3, artigo 35º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o apoio logístico à Associação Linhas e Tesouras de Monte da Pedra, com cedência de 1 palco e dois contentores de lixo, com isenção de custos no valor de 261,34 euros, bem como ratificar a isenção de taxas e licenças de ruído no valor de 19,5 euros e ratificar a cedência de animação musical, para o Réveillon que se realizou no passado dia 31 de dezembro de 2017, em Monte da Pedra. -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.-----

6 - Celebração de Prestação de Serviços em Regime de Avença - Animador do Gabinete de Inserção Profissional - GIP - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo -----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. Nos termos da informação da chefe da Divisão Administrativa e Financeira, anexa e parte integrante da presente proposta, datada de 28 de dezembro de 2017, urge contratar uma prestação de serviços em regime de avença para o desempenho das funções de "Animador do Gabinete de Inserção Profissional - GIP"; -----
2. De acordo com os n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2017 (adiante designada por LOE 2017), carece de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal do Crato e celebração do respetivo contrato de prestação de serviços. -----

Assim, proponho: -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Aprovar emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação de um Animador(a) para o Gabinete de Inserção Profissional GIP, em regime de avença, com a Dr.ª Maria Conceição Belo dos Santos Caldeira, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2017. -----

Tomou a palavra o senhor vereador **Marco Mendonça** para perguntar se este lugar já era preenchido, quem o tinha preenchido até à data ou se era novo. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para informar que este era um lugar que já tinha sido preenchido anteriormente por outra técnica, que tinha sido pedido parecer ao IEFP sobre se esta pessoa podia ocupar o lugar e o mesmo foi positivo. Transmitiu também que o IEFP apenas participava o GIP do Crato em meio tempo e que esta animadora iria também desempenhar funções no que dizia respeito à APAV. Esclareceu que havia um trabalho longo a fazer no âmbito do GIP que esperava com o recrutamento desta animadora pudesse vir a ser efetuado. Concluiu dizendo que a pessoa que anteriormente ocupava o lugar também o tinha feito em regime de prestação de serviço e que tinha sido a Marisa Serra. -----

Tomou a palavra a senhora vereadora **Gabriela Tsukamoto** dizendo que relativamente a estas questões de parecer prévio sobre pessoal iria sempre abster-se porque não concordava de forma alguma que tivesse de ir a reunião de Câmara, um assunto que era uma competência única e exclusiva do Presidente da Câmara. Explicou que na gestão dos recursos humanos existia uma verba e estava previsto fazer-se contratações. Elucidou que se fosse uma prestação de serviços numa área concreta, seria diferente, mas neste caso estavam a falar de gestão de pessoal e não se sentia habilitada para saber se a pessoa era ou não correta. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que a primeira leitura que tinha feito da Lei sobre competências também lhe tinha parecido dispensar vir a Reunião de Câmara, mas os serviços técnicos tinham insistido que o parecer prévio tinha de ser da Câmara Municipal e face a esta insistência rendeu-se pela clareza e pela transparência porque não havia problema nenhum em ir a Reunião de Câmara. Informou que quando não fosse aprovado não se fazia a prestação de serviços com a pessoa em questão, fazendo-se de outra maneira e sem nenhum problema. -----

Tomou a palavra o senhor vereador **Ângelo Fernandes** perguntando qual era o vínculo da pessoa à Câmara, deixando de ser gestão de recursos humanos e passando a ser compra de um serviço e por isto é que tinha duas interpretações. -----

Tomou a palavra a senhora vereadora **Gabriela Tsukamoto** dizendo que haver pareceres diferentes nesta matéria, mas considerava este assunto um dos que não fazia sentido ir a Reunião de Câmara e por isso abstinha-se, visto não conhecer as pessoas e não saber se tinham ou não capacidade. -----

Tomou a palavra o senhor vereador **Ângelo Fernandes** dizendo achar que o Presidente da Câmara é que devia escolher a pessoa com quem quer trabalhar e como tal devia votar favoravelmente. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo parecer-lhe que a pessoa escolhida tinha condições para desempenhar bem esta tarefa, que iam apostar numa pessoa que residia no Crato, com família constituída, dando-lhe todos os mecanismos para fazer um bom trabalho e avaliando depois o mesmo. -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por maioria com quatro votos favoráveis do senhor Presidente e dos senhores vereadores João Manuel Farinha, Ângelo Fernandes e Marco Mendonça e uma abstenção da senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto.



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** informando que a deliberação seguinte era muito semelhante à anterior, tinha como fundamento uma renovação do contrato de prestação de serviços em regime de avença para Apoio Técnico do Arquivo Histórico e Museu Municipal. Explicou que era uma pessoa que já se encontrava no Museu, que tinha terminado o seu vínculo no dia 31 de dezembro e era uma renovação. -----

Tomou a palavra o senhor vereador **Ângelo Fernandes**, pedindo desculpa por interromper e perguntado se este era um dos lugares no novo mapa e que vinha com a condição, caso houvesse oportunidade, fazer o concurso público. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que o concurso iria ser lançado assim que fosse possível e o que garantia era que o contrato dizia que podia ser rescindido pela Câmara Municipal ou pelo prestador do serviço. -----

7 - Renovação de Prestação de Serviços em Regime de Avença - "Apoio Técnico do Arquivo Histórico e Museu Municipal - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo.-----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. Nos termos da informação da chefe da Divisão Administrativa e Financeira, anexa e parte integrante da presente proposta, datada de 28 de dezembro de 2017, urge renovar uma prestação de serviços em regime de avença para o desempenho das funções de "Apoio Técnico ao Arquivo Histórico e Museu Municipal;-----
2. De acordo com os n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2017 (adiante designada por LOE 2017), carece de parecer prévio vinculativo da



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Câmara Municipal do Crato a renovação do respetivo contrato de prestação de serviços. -----

Assim, proponho: -----

Aprovar emitir parecer prévio vinculativo favorável à renovação da prestação de serviços em regime de avença para apoio técnico ao Arquivo Histórico e Museu Municipal com o senhor Alexandre José Morgado Santos, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2017. -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por maioria com quatro votos favoráveis do senhor Presidente e dos senhores Vereadores João Manuel Farinha, Ângelo Fernandes e Marco Mendonça e uma abstenção da senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto. -----

8 - Grupo Desportivo dos Quatro Caminhos Norte Alentejano O'Meeting 2018 - Protocolo de Colaboração.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** explicando que esta deliberação tinha como fundamento esclarecer uma confusão que existia com uma outra deliberação numa outra ata. Esclareceu que essa deliberação era basicamente uma intenção não havendo uma deliberação de protocolo. Sublinhou que ao aperceberem-se dessa situação vinham apresentar à Câmara a proposta de existir este Protocolo. Chamou a atenção para o facto de já estarem numa fase muito adiantada deste evento e que a não aprovação do mesmo colocaria problemas graves. Afirmou ser um evento que vinha a crescer, que tinha algum interesse ao nível do desporto de natureza, que era necessário compreender melhor as dinâmicas destes eventos para se tirar um maior aproveitamento dos mesmos. -----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Considerandos: -----

1. Pela deliberação n.º 116, inserta na Ata n.º 9/2017, 12 de abril, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a intensão de apoio do Município do Crato ao Grupo Desportivo dos Quatro Caminhos a definir em protocolo, para a realização de um evento de orientação pedestre pontuável para a Taça de Portugal Vitalis 2018, a realizar nos dias 13 e 14 janeiro de 2018;-----

2. Presente agora à Câmara minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município do Crato e o Grupo Desportivo dos Quatro Caminhos, cujo texto anexo é parte integrante da presente proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzido; -----

3. Nos termos da cláusula 1.ª do Protocolo este tem como objeto as condições subjacentes à realização de um evento de orientação denominado Norte Alentejano O'Meeting, no Crato, nos dias 13 e 14 de janeiro de 2018.-----

4. De conformidade com a cláusula 4ª do presente protocolo de colaboração compete ao Município do Crato prestar apoio financeiro ao Grupo Desportivo dos Quatro Caminhos, no montante de 7.000,00 euros como contrapartida dos serviços prestados e como forma de cobrir despesas com a cartografia e impressão de mapas. -----

5. A Câmara é competente, nos termos da alínea u), artigo 33º, da lei 75/2013, 12 setembro, para decidir o apoio pedido.-----

Assim, proponho: -----

Aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município do Crato e o Grupo Desportivo dos Quatro Caminhos anexa e parte integrante da presente proposta. -----

Tomou a palavra a senhora vereadora **Gabriela Tsukamoto** dizendo não ser nada fatalista e passou a explicar porquê. Explicou que ouviu ler a proposta com alguma emoção porque o primeiro contacto feito com a Associação Grupo Quatro Caminhos tinha sido no ano de 2003, altura em que era Presidente da Câmara de Nisa. Lembrou que tinham sido pioneiros, que tinham sido o primeiro Município a fazer um evento destes, numa época em que ninguém acreditava no desporto de



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

natureza. Informou que se tinha revelado um sucesso, que Nisa tinha feito o 1º Norte Alentejano O'Meeting, tendo ela própria ficado amiga pessoal do Fernando. Reconheceu ter sido um excelente trabalho e lembrou que o nosso território, por si só já era um equipamento. Sublinhou sempre ter apostado neste tipo de evento, apesar de muitas vezes ser mal-entendida até pelos seus pares, que não sabiam o que andava ela a fazer no meio da natureza, mas que hoje todos tinham e faziam os chamados percursos terrestres. -----

A senhora vereadora **Gabriela Tsukamoto**, salientou que classificar as Portas de Rodão como monumento natural também na altura foi uma coisa que ninguém percebia para que servia ou para que servia ter um geoparque. Concluiu dizendo que era um sector importante, que fazia todo o sentido porque trazia muita gente de todo o lado. Preveniu o senhor Presidente da Câmara para que este aproveita-se bem as cartas porque eram muito uteis até para outros eventos. Terminou sugerindo que a orientação viesse a ser ensinada nas escolas aos nossos jovens e disse ficar muito mais contente com a realização deste tipo de provas do que com as de todo o terreno, porque estas não estragavam tanto e tinham muito mais a ver com a preservação dos nossos habitats. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** explicando que a prova no ano anterior tinha sido apenas de um dia e o protocolo tinha sido sensivelmente dez mil euros e neste momento era cerca de sete mil. Informou que a Câmara garantia o apoio logístico que era basicamente no local da partida e no pavilhão. -----

Tomou a palavra o senhor vereador **Marco Mendonça** perguntando se a prova iria decorrer nos mesmos locais onde tinha decorrido no ano anterior e em que local seria colocada a tenda de grandes dimensões. ---

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que iria dar a mesma ao senhor vereador João Manuel Farinha pelo motivo deste ultimo acompanhar mais de perto a prova.-----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor vereador **João Manuel Farinha** explicando que no ano anterior a prova esteve em Aldeia da Mata, passando por Alter do Chão e Portalegre, mas tinha sido a prova internacional. Informou que este ano seria apenas a prova portuguesa, que traria um pouco menos de gente e que iria correr na Herdade da Rocha, Couto do Saramago e em frente à Lage do Meio-dia. Informou que a tenda de grandes dimensões será colocada na Herdade da Rocha porque será aí a logística de toda a prova.-----

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para informar que estavam a tentar fazer parte do O' Meeting de 2019 que iria ocupar um espaço entre Crato, Flor da Rosa e Alagoa/Monte do Melio. Explicou que estavam a fazer todos os esforços para que o Crato fizesse parte em parceria com Portalegre, mas visto não terem chegado a acordo com um dos proprietários dos terrenos, teriam possivelmente a colaboração de Castelo de Vide. Elucidou que esta participação de Castelo de Vide tinha a vantagem de tornar o protocolo mais económico.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** informando que até há pouco tempo atrás, desconhecia que o terreno do campo de futebol da Alagoa pertencia ao Crato e que Castelo de Vide tinha uma ponta que atravessava de Alpalhão para o Crato. Comunicou desejar felicitar a senhora Vereadora Gabriela Tsukamoto por ter tido esta e outras iniciativas, porque na altura em que a mesma tinha assumido a Câmara Municipal, ele estava em Nisa e tinha acompanhado algumas das medidas tomadas, tendo muito apreço pela do O'Metting. Sublinhou que na época, ninguém sabia muito bem o que ia dar, mas felizmente deu muito resultado e atualmente todos sabiam que este tipo de iniciativa, valorizava o local onde era realizado. Referiu ter muita pena de se ter deixado de fazer em Portalegre o evento das bicicletas todo o terreno, porque era o maior do país e achava que a Câmara do Crato devia fazer uma aproximação à Associação que organizava essa prova.-----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que o problema era de facto a aproximação à Associação porque a mesma tinha sido desmantelada quase por completo, apesar de atualmente estarem a tentar recomeçar a atividade. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** dizendo que apesar disso, esta era uma prova mítica, que merecia a aposta porque juntava muita gente e deixava todo o levantamento topográfico feito, podendo ser utilizado para outro tipo de atividades. Afirmou que dava todo o apoio a este tipo de eventos, apesar de saberem que o valor do protocolo era muito inferior ao valor investido. Concluiu dizendo que por este motivo era importante no final deste tipo de eventos saber-se o valor total do investimento.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** afirmando que o difícil era, tal como acontecia com alguns eventos realizados pela Câmara, saber o que deixava. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador **Ângelo Fernandes** assegurando que neste caso deixava muito.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** garantido que realisticamente e para uma serie de negócios tão diversificada era realmente difícil quantificar o retorno. Concluiu dizendo era sempre polemico avançar com um numero e existiam diversos eventos organizados pelo Município do Crato que apresentavam esse condicionalismo.-----

A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por unanimidade.-----

9 - 8.ª Alteração ao Orçamento Municipal 2017 - Ratificação.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** informando que este ponto tinha a ver com uma alteração para a incrementação de valores



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

respeitantes ao FAM. Explicou existir uma possibilidade de fazer esta incrementação através de uma alteração ao Orçamento de forma excecional, tal como foi explicado no mail da Diretora Administrativa e Financeira do Município, o qual tinha reencaminhado para todos os presentes. Transmitiu que apenas tinham de dar conhecimento à Assembleia Municipal que tinha sido feito desta forma. -----

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. A urgência de dotar no orçamento de 2017, de rubricas inexistentes no orçamento, que pudessem incluir as operações financeiras tanto de receita, como de despesa, referentes à movimentação dos juros recebidos pela autarquia, no âmbito do FAM, e de acordo com diretrizes recebidas da DGAL; -----
2. Em face não poder ter sido deliberado em tempo útil pela Câmara Municipal, o Presidente, nos termos do n.º 3, artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião a realizar. -
3. De conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), n.º 8.3.1.2., foi presente à Câmara a 8.ª Alteração ao Orçamento Municipal para 2017, ato consumado pelo Presidente, datado de 29 dezembro de 2017, conforme documento anexo e parte integrante da presente proposta, aqui dado por integralmente reproduzido, para ratificação. -----
4. Compete à Câmara Municipal aprovar as alterações ao orçamento de conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Assim, proponho: -----

Ratificar nos termos do n.º 3, artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da 8.ª Alteração ao Orçamento Municipal 2017, conforme documento anexo e parte integrante da presente proposta aqui dado por integralmente reproduzido. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 1/2018, de 3 de janeiro

A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por unanimidade.-----

Intervenção do Público-----

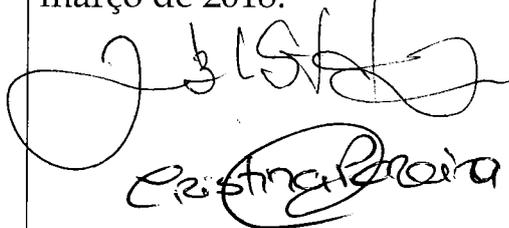
Não houve pedidos de intervenção.-----

10 - Votação da Minuta da Ata.-----

A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por unanimidade.-----

E, não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente, declarou a reunião encerrada pelas dezassete horas e vinte e quatro minutos. De tudo, para constar, se lavrou a presente minuta de ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim Cristina Isabel dos Santos Pereira e Mário António Jesus de Matos que a elaboramos e subscrevemos.-----

Ata aprovada pela deliberação n.º 63, minuta da ata n.º 7/2018, de 28 de março de 2018.


Cristina Isabel dos Santos Pereira